

Ascenty Data
Centers e
Telecomunicações
S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	3
Balço patrimonial consolidado	6
Demonstrações consolidadas do resultado	7
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas e aos Diretores da

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Vinhedo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. (Companhia) e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos incluídos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

- Conforme nota explicativa 21, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou e não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 173.337 mil em suas demonstrações financeiras consolidadas, já líquidos da compensação de 30% de prejuízos fiscais (tributos diferidos ativos). O pronunciamento contábil IAS12 – Tributos sobre o Lucro requer o reconhecimento de tributos diferidos passivos. Consequentemente, o saldo de tributos diferidos no passivo não circulante está apresentado a menor em R\$ 173.337 mil, no balanço patrimonial, e a despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos esta apresentada a menor nesse mesmo valor.

Nossa opinião foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F



Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador CRC 1SP217733/O-4

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Balanco patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	2021	2020		<u>Nota</u>	2021	2020
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	9	155.630	73.369	Passivo de arrendamento	27	28.928	21.726
Aplicações Financeiras	10	431.299	193.234	Empréstimos e financiamentos	17	3.828	727.921
Instrumentos financeiros derivativos - ativos	28	55.065	-	Instrumentos financeiros derivativos - passivos	28	12.194	3.533
Contas a receber de clientes	11	285.523	216.590	Fornecedores	18	129.367	57.306
Estoque		3.214	4.474	Outras contas a pagar	19	59.691	44.615
Impostos a recuperar	12	59.107	96.067	Receita diferida	23	41.754	24.686
Outros ativos	13	52.340	23.525	Total do passivo circulante		275.762	879.787
Total do ativo circulante		1.042.178	607.259				
				Passivo de arrendamento	27	367.934	309.815
Contas a receber de clientes	11	1.103	1.103	Empréstimos e financiamentos	17	4.725.888	2.999.264
Outros ativos	13	17.801	19.829	Provisão para litígios	20	272	1.276
Ativo fiscal diferido	21	1.901	2.121	Outras contas a pagar	19	18.778	18.720
Impostos a recuperar	12	47.324	26.194	Receita Diferida	23	146.807	99.366
Total do realizável a longo prazo		68.129	49.247	Total do passivo não circulante		5.259.679	3.428.441
Imobilizado	15.1	3.793.885	3.132.243	Total do passivo		5.535.441	4.308.228
Ativo de direito de uso	15.2	366.342	317.359				
Intangível e ágio:				Patrimônio líquido			
Ágio	16.b	3.172.624	3.172.624	Capital social	22	1.305.472	1.261.391
Intangível	16.a	1.163.261	1.276.860	Reserva de capital		3.701.325	3.701.325
		8.496.112	7.899.086	Adiantamento para futuro aumento de capital		1	1
Total do ativo não circulante		8.564.241	7.948.333	Outros resultados abrangentes		(47.886)	-
				Prejuízos acumulados		(887.934)	(715.353)
				Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		4.070.978	4.247.364
Total do ativo		9.606.419	8.555.592	Total do passivo e patrimônio líquido		9.606.419	8.555.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Receita	23	1.119.210	865.235
Custo dos serviços e vendas	24	(716.297)	(549.996)
Lucro bruto		<u>402.913</u>	<u>315.239</u>
Despesas de vendas	24	(8.655)	(5.311)
Despesas gerais e administrativas	24	(158.187)	(150.802)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	(698)	(339)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	25	593	3.025
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>235.966</u>	<u>161.812</u>
Receitas financeiras	26	73.358	2.228
Despesas financeiras	26	(192.434)	(194.039)
Variação cambial	26	(285.652)	(735.268)
Despesas financeiras líquidas		<u>(404.728)</u>	<u>(927.079)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(168.762)</u>	<u>(765.267)</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	(3.819)	(1.031)
Prejuízo líquido do exercício		<u>(172.581)</u>	<u>(766.298)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício		(172.581)	(766.298)
Outros resultados abrangentes do exercício:			
Ajustes acumulados de conversão - Variação cambial de investimento no exterior		(35.692)	-
Variação líquida de hedge de fluxo de caixa	28 d	(12.194)	-
Resultado abrangente total		<u>(220.467)</u>	<u>(766.298)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado Abrangente	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020 - antes do efeito da reorganização societária		1.036.989	-	24.651	-	(386.306)	675.334
Efeito de reorganização societária	1.2	-	3.844.113	-	-	-	3.844.113
Saldo em 1º de janeiro de 2020 ajustado pelo efeito da reorganização societária		1.036.989	3.844.113	24.651	-	(386.306)	4.519.447
Aumento de capital em caixa	22	199.752	-	-	-	-	199.752
Aumento de capital por AFAC	22	24.650	-	(24.650)	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(766.298)	(766.298)
Efeito de reorganização societária	1.2	-	(142.788)	-	-	437.251	294.463
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.261.391	3.701.325	1	-	(715.353)	4.247.364
Aumento de capital em caixa	22	44.081	-	-	-	-	44.081
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(172.581)	(172.581)
Outros resultados abrangentes do exercício							
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	(35.692)	-	(35.692)
Ajustes de valor justo de hedge de fluxo de caixa		-	-	-	(12.194)	-	(12.194)
			-				
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.305.472	3.701.325	1	(47.886)	(887.934)	4.070.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		(168.762)	(765.267)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa líquido aplicado nas operações			
Depreciação	24	295.508	237.473
Amortização	24	124.157	123.396
Resultado na baixa de ativo imobilizado		2.149	9.643
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11	(698)	(339)
Juros sobre empréstimos, arrendamentos e financiamentos	26	149.402	146.991
Amortização do custo de transação dos empréstimos e financiamentos	17	10.124	6.897
Realização de receita diferida		(34.474)	(28.643)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	20	(1.004)	78
Variação cambial não realizada		237.766	735.268
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(74.397)	(18.372)
Outros ativos		(25.258)	(36.382)
Instrumentos financeiros derivativos - ativos		(55.065)	-
Impostos a recuperar		61.091	42.566
Estoque		1.258	(491)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(50.397)	(3.852)
Instrumentos financeiros derivativos - passivos		8.660	3.533
Outras contas a pagar		11.699	(12.500)
Receita diferida		93.493	89.514
Caixa gerado nas atividades operacionais		585.252	529.513
Imposto de renda pago		-	(1.031)
Juros pagos	17	(183.362)	(196.887)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		401.890	331.595
Fluxo das atividades de investimentos			
Aplicação financeira	10	(548.000)	(393.993)
Aquisição de imobilizado	15	(775.523)	(657.141)
Aquisição de intangível		(4.851)	(6.554)
Resgate de aplicações financeiras		316.477	278.477
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.011.897)	(779.211)
Fluxo das atividades de financiamento			
Aumento de capital	22	44.081	199.752
Captação de empréstimos e financiamentos	17	4.497.360	344.158
Pagamento de empréstimos, financiamentos e custos de captação	17	(3.785.917)	-
Pagamento de arrendamento	27	(63.256)	(48.154)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		692.268	495.756
Aumento (Diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa		82.261	48.140
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.369	25.229
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		155.630	73.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. (“Companhia”), constituída em 5 de maio de 2011, é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras consolidadas da Entidade abrangem a Entidade e sua subsidiária Ascenty Chile SPA (conjuntamente referidas como “Grupo”), e tem por objeto social:

a) prestação de soluções referente à disponibilização de espaço físico para guarda e depósito de equipamentos especializados em processamento e armazenagem de dados; b) prestação de soluções relativos à infraestrutura para armazenagem de equipamentos de processamento e armazenagem de dados; c) participação como sócia, quotista, acionista ou consorciada em qualquer Companhia sediada no Brasil ou no exterior; d) prestação de soluções de porta “Internet Protocolo (IP)”; e) prestação de soluções de telecomunicações utilizando quaisquer meios que possibilitem a oferta de capacidade de transmissão. f) prestação de soluções de disponibilização e locação de suas redes de telecomunicações bem como a cessão de cabo e fibra ótica.

1.1 Controlada

Com a incorporação da Stellar Participações S.A em 21 de dezembro de 2020, a Companhia assumiu a participação de 100% da controlada Ascenty Chile SPA.

Ascenty Chile SPA, constituída em 21 de outubro de 2016, é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede da cidade de Santiago, Chile, e tem por objetivo social a prestação de serviços relacionados à disponibilidade de espaço físico para o armazenamento de equipamentos especializados em processamento de dados, bem como na prestação de serviços através de sua rede de cabos de fibra ótica. Ascenty Chile SPA iniciou suas operações do data center Chile 1 em dezembro de 2020 e o data center Chile 2 está atualmente em fase de construção com previsão de entrar em operação em maio de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as informações financeiras da Ascenty Chile são as seguintes:

Controlada	Quantidade de cotas 2021	Participação no capital social (%) 2021	Total do ativo 2021	Total do passivo 2021	Capital social 2021	Patrimônio líquido 2021	Resultado do exercício 2021
Ascenty Chile SPA	51.844.890	100%	690.553	331.876	340.292	358.678	20.327

Controlada	Quantidade de cotas 2020	Participação no capital social (%) 2020	Total do ativo 2020	Total do passivo 2020	Capital social 2020	Patrimônio líquido 2020	Resultado do exercício 2020
Ascenty Chile SpA	45.438.745	100%	485.812	155.858	332.316	329.954	(1.311)

1.2 Reorganização societária – Incorporação reversa de empresa controladora e efeitos nos saldos correspondentes

Com o objetivo de promover uma racionalização de custos, concentração dos negócios sociais e apuração consolidada dos resultados, entre novembro e dezembro de 2020 foram realizadas duas operações de incorporação e a criação de uma nova entidade controladora holding, conforme descrito a seguir:

- (i) Em 16 de dezembro de 2020, a Stellar Participações S.A. “Stellar” (então controladora indireta da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.) incorporou a Ascenty Participações S.A. (holding intermediária controladora direta da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.), por meio de um *upstream merger*;
- (ii) Na sequência, em 21 de dezembro de 2020, a Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. incorporou a sua controladora a Stellar Participações S.A., por meio de um *downstream merger*; e
- (iii) no mesmo momento da incorporação da Stellar pela Ascenty Data Centers, as ações da Ascenty Data Centers foram conferidas pelas acionistas da Ascenty Data Centers para a Ascenty Brasil Holding S.A., atual controladora da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Com isso as sócias da Stellar, em ato contínuo à incorporação, conferiram suas ações do capital social da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. para uma nova empresa, a Ascenty Holding Brasil S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob nº 39.831312/0001-82, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, 150, sala 3, CEP 04.542-907, com sua Constituição e seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.300.559.461, em sessão de 18 de novembro de 2020.

O acervo líquido da Ascenty Participações S.A. incorporado em 16 de dezembro de 2020, anteriormente avaliado conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada independente, com base no valor contábil de 30 de setembro de 2020, no montante de R\$ 490.435, e que na data do evento somava R\$ 313.327, é demonstrado como segue:

	Ascenty Participações S.A.
Caixa e equivalentes de caixa	188
Impostos a recuperar	21
Investimento na Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.	313.494
Contas a pagar	(9)
Outras contas a pagar	(210)
Provisão para litígios	(157)
Acervo líquido	313.327
Reserva de capital registrada com base no acervo líquido em 30 de setembro de 2020	490.435
Varição do acervo líquido entre a data base para o laudo de avaliação e a data do evento (*)	177.108
Total do acervo líquido incorporado em 18 de novembro de 2020, data do evento	313.327

- (*) A variação entre o laudo de avaliação e a data de evento (incorporação) foi registrada no resultado da incorporada, a Ascenty Participações S.A., conforme determinado no estatuto da operação. Dessa forma, os saldos incorporados representam o patrimônio líquido de R\$ 313.327 da incorporada em 18 de novembro de 2020 (data do evento).

O acervo líquido da Stellar Participações S.A. incorporado em 21 de dezembro de 2020, anteriormente avaliado conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada independente, com base no valor contábil de 31 de outubro de 2020, no montante de R\$ 3.701.325, e que na data do evento somava R\$ 3.878.834, já eliminado o investimento na incorporadora, é demonstrado como segue:

Stellar Participações S.A.	
Caixa e equivalentes de caixa	2.139
Aplicações financeiras	1.202
Outros ativos	25
Impostos a recuperar	42
Investimento - Ascenty Chile SpA	338.400
Investimento – Ascenty Data Centers	285.532
Ágio, mais valia e outros, composto por:	4.557.456
- Parcela não alocada do ágio	-
- Intangíveis de vida útil definida – relacionamento com clientes – custo	-
- Intangíveis de vida útil definida – relacionamento com clientes – amortização acumulada	-
- Intangíveis de vida útil definida – marcas e patentes – custo	-
- Intangíveis de vida útil definida – marcas e patentes – amortização acumulada	-
- Imobilizado – mais valia - custo	-
- Imobilizado – mais valia - amortização acumulada	-
- Outros – custo	-
- Outros – amortização acumulada	-
Empréstimos e financiamentos - circulante	(200.850)
Fornecedores	(1)
Obrigações tributárias	(2.339)
Outras contas a pagar	(215)
Empréstimos e financiamentos – não circulante	(1.102.400)
Provisões para litígios	(157)
Acervo líquido incorporado na data do evento de 21 de dezembro de 2020	<u>3.878.834</u>
Varição entre a data do laudo de avaliação e a data do evento (*)	<u>177.509</u>
Reserva de capital constituída com base no acervo líquido avaliado em 31 de outubro de 2020	<u><u>3.701.325</u></u>

(*) A variação entre o laudo de avaliação e a data do evento (incorporação) foi registrada no resultado da incorporada, Stellar Participações S.A., conforme determinado no estatuto da operação. Dessa forma, os saldos incorporados representam o patrimônio líquido de R\$ 3.878.834 da incorporada em 21 de dezembro de 2020 (data do evento).

a. Contabilidade Retrospectiva (Predecessor Accounting)

Como parte da reorganização corporativa acima mencionada, entre as entidades sob controle comum, a Stellar Participações S.A., em uma primeira etapa, adquirida, através da incorporação, adquiriu as ações da Ascenty Participações S.A., e através de incorporação reversa, em segunda etapa, A Ascenty Data Center e Telecomunicações S.A., adquiriu as ações da Stellar Participações S.A., reconhecendo os ativos adquiridos e os passivos assumidos ao valor contábil, sem reconhecer ágio ou outro impacto na demonstração de resultados relacionados a essas duas incorporações.

Como a Ascenty Data Center e Telecomunicações S.A., a Ascenty Participações S.A. e a Stellar Participações S.A. estavam sob controle comum, as demonstrações financeiras consolidadas comparativas estão sendo apresentadas como se a reorganização corporativa tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020 (início do período mais antigo) para refletir o Lucro (perda) do grupo, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio e fluxo de caixa.

O patrimônio líquido consolidado em 1º de janeiro de 2020, compreendendo as operações da Ascenty Data Center e Telecomunicações S.A., Ascenty Participações S.A. e Stellar Participações S.A. é como segue:

	Patrimônio líquido 1º janeiro 2020
Patrimônio líquido das entidades – no início do período mais antigo	
Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.	675.334
Ascenty Participações S.A.	675.236
Stellar Participações S.A.	<u>4.461.291</u>
Total patrimônio líquido combinado, antes das eliminações	<u>5.811.861</u>
(-) Eliminações	
Eliminação investimento Ascenty DC (100%)	(675.334)
Eliminação investimento Ascenty Particip. (91%)	<u>(617.080)</u>
Patrimônio líquido consolidado em 1º de janeiro de 2020 – período mais antigo	<u>4.519.447</u>

Reconciliação entre resultados individuais e consolidados para o ano 2020

A reconciliação dos resultados da controladora para o ano correspondente encerrado em 31 de dezembro de 2020 segue abaixo:

	31/12/2020
Resultado de cada entidade após eliminações	
Prejuízo líquido Ascenty Data Centers	(329.046)
Prejuízo líquido Ascenty Participações	(90)
Prejuízo líquido Stellar Participações	<u>(437.162)</u>
Prejuízo líquido consolidado	<u>(766.298)</u>

Reconciliação entre equidade individual e consolidada para o ano 2020

A tabela abaixo mostra a reconciliação de transações que ocorreram entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, quando o patrimônio líquido da controladora é igual ao patrimônio líquido consolidado atribuível à controladora após a reestruturação corporativa da Ascenty Data Center e Telecomunicações S.A., Ascenty Participações S.A. e Stellar Participações S.A.

	Ascenty Data Centers e Telecomunicações	Ascenty Participações	Stellar Participações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	675.333	(98)	3.844.212	4.519.447
Resultado do exercício	(329.046)	(90)	(437.162)	(766.298)
Contribuição de capital	199.752	199.756	459.409	(*) 858.917
Outras reservas e resultados abrangentes	-	-	50.762	(*) 50.762
Reserva especial de ágio	3.701.325	-	(3.701.325)	-
Reserva para ajustes de incorporação	<u>-</u>	<u>(199.568)</u>	<u>(215.896)</u>	<u>(*) (415.464)</u>
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2020	<u>4.247.364</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.247.364</u>

(*) O efeito líquido para estes movimentos foi refletido, para fins de contabilidade retrospectiva, sobre as alterações nas linhas de patrimônio líquido para a contribuição de capital de R\$ 199.752 e ajuste da reorganização corporativa de R\$ 294.463 (sendo um lançamento à débito de R\$ 142.788 em Capital e um lançamento à crédito de R\$ 437.251 em Prejuízos Acumulados).

b. Manutenção do ágio e mais valia na entidade remanescente

O valores de ágio e mais valia originados da aquisição da própria Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. em 20 de dezembro de 2018, até então registrados no balanço da Stellar Participações S.A. foram transferidos via incorporação à Ascenty da Center Telecomunicações S.A., prevalecendo, na essência, a existência das informações financeiras consolidadas da Stellar pós reorganização societária. Os valores incorporados de ágio e mais valia de ativos são como seguem:

	Ágio	Imobilizado – Mais valia	Intangível – Relacionamento com clientes	Intangível – Marcas e patentes	Outros	Total
Ágio, mais Valia e outros						
Saldos de ágio, mais valia e intangíveis na aquisição de 2018	3.172.624	107.035	1.455.093	37.793	10.725	4.783.270
Stellar Particip. Amortização Acumulada	-	(13.575)	(195.645)	(13.858)	(2.736)	(225.814)
Saldos incorporados em 21 de dezembro de 2020	3.172.624	93.460	1.259.448	23.935	7.989	4.557.456
Amortização na Ascenty Data Centers em 2020	-	(1.024)	(17.787)	(1.259)	(249)	(20.319)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.172.624	92.436	1.241.661	22.676	7.740	4.537.137
Amortização Ascenty Data Centers em 2021	-	(6.148)	(106.716)	(7.559)	(1.492)	(121.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.172.624	86.288	1.134.945	15.117	6.248	4.415.222

1.3 Covid-19

Dada a pandemia do COVID, muitos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições à viagens e negócios em um esforço para mitigar a propagação do COVID. Como uma empresa de data center, somos considerados um setor "essencial" nos países em que operamos e evitamos a interrupção das operações de nossos locais e data centers, exceto aqueles em construção, estão todos operacionais. A extensão em que o COVID continuará nos impactando dependerá dos desdobramentos futuros, muitos dos quais permanecem incertos e não podem ser previstos com confiança, incluindo a duração da pandemia, outras ações a serem tomadas para conter a pandemia ou mitigar seu impacto, e a extensão dos efeitos econômicos diretos e indiretos da pandemia.

Devido à natureza das suas operações, a Companhia não foi afetada de forma significativa quanto as suas operações e continuidade dos negócios. Não houve impacto nos pagamentos de clientes relacionados a pandemia e não houve de maneira geral.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro “*International Financial Reporting Standards (IFRS)*”, emitidas pelo “*International Accounting Standard Board (IASB)*”.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e, quando saldos em moedas estrangeiras foram divulgados esses também foram expressos em milhares.

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas no nota explicativa 7.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico Contabil IAS 21 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e na Conversão de Demonstrações Financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

A moeda funcional da controlada no exterior, Ascenty Chile é o Peso Chileno. Para esta subsidiária cuja moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda funcional da Companhia.

Utiliza-se na conversão as taxas de câmbio vigentes na data do balanço, e os itens de receitas e despesas são convertidos utilizando a taxa média mensal.

Os ajustes de conversão resultantes são reconhecidos em conta específica do resultado abrangente e patrimônio líquido denominado “ajustes acumulados de conversão”.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício quando aplicável e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, no entanto as diferenças cambiais resultantes da conversão dos hedges de fluxo de caixa são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Operações no exterior

Os ativos e passivos da operação no exterior, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apurada nas taxas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 27** – prazo do arrendamento e opção de exercer ou não o prazo de prorrogação dos contratos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa no. 11** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada e da classificação de risco de perda;
- **Notas explicativas nº 15 e 16** - vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis: as vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pelo Grupo. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio;
- **Nota explicativa nº 16** - provisão para perdas por redução ao valor recuperável do intangível: a Companhia testa anualmente a recuperação do ágio, caso seja identificada alguma perda, esta perda seria registrada no resultado da Companhia. O Grupo utiliza o critério de fluxo de caixa descontado, que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas por mudanças no cenário econômico ou mercadológico;
- **Nota explicativa no. 20** – reconhecimento e mensuração de provisão para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída da recursos;

- **Nota explicativa no. 21** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa nº 28** - valores justos dos instrumentos financeiros derivativos: todos os instrumentos financeiros derivativos devem ser registrados no balanço patrimonial ao valor justo, pelo regime de competência, como ativos financeiros quando eles representam direitos contratuais de receber caixa ou como passivos financeiros quando eles representam obrigações contratuais de entregar caixa. Os derivativos que são formalmente designados como instrumentos de hedge podem ser contabilizados aplicando as regras específicas de contabilidade de hedge (hedge accounting).

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre a mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 6.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

Uma vez que o Grupo não teve transações para as quais a taxa de referência tenha sido substituída por uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2020, não há impacto nos saldos de abertura inicial em resultado da aplicação retrospectiva.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma na nota explicativa.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Os contratos de arrendamento mercantil em que a Companhia não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamento mercantis operacionais. Para estes contratos, a receita de aluguel é reconhecida com base no total de pagamentos previstos nos contratos de forma linear ao longo do prazo do mesmo. O excesso de receita reconhecida sobre os valores contratualmente devidos são reconhecidos como receita diferida. Os valores a receber que são contratualmente devidos são classificados como contas a receber de clientes.

Os principais serviços e modalidades dos contratos estão descritos a seguir:

Disponibilização de espaço e infraestrutura (“Co-location”)

Prestação de serviços referente à disponibilização de espaços com infraestrutura em salas individuais, ou em racks (gabinetes) dentro de *data center*, para que os clientes hospedem seus equipamentos de tecnologia da informação e telecomunicações. Por tratar-se de uma locação referente à disponibilização de espaço, a receita oriunda de *co-location* é reconhecida e registrada mensalmente, conforme período de competência. Os valores são fixados através de contratos de prestação de serviços em bases mensais.

Serviços de telecomunicações e locação de infraestrutura de fibra apagada (“Dark fiber”)

As receitas incluem a contratação de capacidade de transmissão fixa e por meio de fibra óptica. O valor da receita mensal se dá com base na capacidade negociada através do contrato. Os faturamentos são emitidos e reconhecidos de acordo com a data de aceite das soluções de negócio. O primeiro faturamento é calculado em base *pro rata die*. A receita é reconhecida no momento em que os projetos são prestados.

Receita diferida

A Companhia também reconhece receita oriunda de taxas de instalação para todas as modalidades de contrato citadas acima. Os valores variam de acordo com a instalação e acordo específico com cada cliente. A receita é calculada em conjunto com a análise de viabilidade da proposta comercial e é cobrada no início do contrato, em parcela única de forma que cubra todos os custos do processo de instalação e conexão à rede da Companhia. A Companhia reconhece esta parcela única como uma receita diferida e a amortização da receita de instalação está vinculada ao prazo de contrato de cada cliente e modalidade do contrato. Os custos relacionados a esses contratos são capitalizados como ativos de climatização, sistemas elétricos e de segurança para contratos de colocation e depreciados de acordo com a vida útil dos ativos, e capitalizados como Ativos de Rede interna de telecomunicações para contratos de telecomunicações e depreciados de acordo com o prazo do contrato.

b. Base de consolidação de investimento

(i) Controlada

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que representam a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da Controlada foram ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Certos valores do ano anterior foram reclassificados para se adequarem à apresentação do ano atual.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhia investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

Quando aplicável, as transações, saldos, receitas e despesas com a Controlada são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Arrendamentos

- No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos

de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo de direito de uso" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplica o IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

c. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para perda nos estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, exceto para os ativos adquiridos em combinação de negócio que foram mensurados ao valor justo na data da aquisição do negócio, cujos ajustes estão reconhecidos como mais valia.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado.

e. Ativos intangíveis e ágio por rentabilidade futura

(i) Ágio

O ágio com base na expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) foi apurado em aquisição de participação societária da então incorporada Ascenty Participações S.A., fundamentados na expectativa de rentabilidade futura do investimento. Esse ágio é decorrente da diferença entre o valor de aquisição e o valor justo de mercado do patrimônio líquido da controlada, apurado na data de aquisição, e está fundamentado na rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da unidade geradora de caixa, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período projetivo de 7 anos.

O ágio não é amortizado pela fundamentação de vida útil infinita e, anualmente, a Companhia avalia sua recuperabilidade, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado da sua UGC.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

f. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pelo montante a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são deduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base na alíquota que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Em razão do histórico de geração de prejuízos fiscais nos últimos exercícios, das recentes reorganizações societárias da Companhia que devem gerar ainda mais benefícios tributários nos próximos exercícios, e a impossibilidade de projetarmos com extrema segurança a geração de lucros tributáveis futuros que sustentassem o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, a Companhia não reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. A Companhia revisará essa estimativa tão logo tenha uma avaliação segura da geração de lucros tributários futuros para que possa reconhecer os tributos diferidos ativos. Os impactos dos tributos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos em 2021 é de R\$755.272.

O Grupo também não reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre as diferenças temporárias tributáveis, mesmo que estas não se realizam simultaneamente as diferenças temporárias dedutíveis. Os impactos dos tributos diferidos passivos não reconhecidos, já líquidos da compensação de 30% de prejuízos fiscais, são de R\$ 173.337.

Impostos sobre serviços e vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; ou
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para seguridade social - cumulativa	3,00%
COFINS - Contribuição para seguridade social - não cumulativa	7,60%
PIS - Programa de integração social – cumulativa	0,65%
PIS - Programa de integração social - não cumulativa	1,65%
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	3,00% à 5,00%

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos Financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Contabilidade de hedge

Com base no IFRS 9, o Grupo pode adotar contabilidade de *hedge* para a suas operações onde os instrumentos financeiros são mantidos único exclusivamente para proteção das suas exposições desde que essas relações de *hedge* se mostrem efetivas na sua designação inicial.

O IFRS 9 exige que o Grupo assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco do Grupo e que o Grupo aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O IFRS 9 também prevê possibilidade reequilíbrio de relações de *hedge* quando aplicável e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*.

O Grupo utiliza contratos de swap para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de juros relativas a empréstimos em moeda estrangeira.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que o Grupo atualmente designa atendem aos requerimentos do IFRS 9 para efeito de adoção de hedge de fluxo de caixa e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos designados e qualificados como hedge accounting de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial na linha de hedge de fluxo de caixa. O valor temporal dos instrumentos tratado como custos de hedge é também reconhecido no patrimônio líquido. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício em receitas (despesas) financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos e rubricas em que o item protegido por hedge afetar o resultado do exercício.

Quando um instrumento de hedge accounting de fluxo de caixa é liquidado, ou quando não atende mais aos critérios de hedge accounting, todo ganho ou perda acumulado em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido é realizado contra o resultado (na mesma rubrica utilizada pelo item protegido) à medida que o objeto protegido também é realizado contra o resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida pelo hedge ocorra, a variação registrada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do exercício em receitas (despesas) financeiras, líquidas.

A eficácia do *hedge accounting* é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. A Companhia realiza uma análise qualitativa e prospectiva da eficácia do hedge. Se houver mudanças relevantes nas circunstâncias, como a estimativa dos fluxos de caixa em Reais protegidos em comparação com os fluxos realizados, a Companhia realiza de forma prospectiva o equilíbrio da relação e qualquer ineficácia identificada é reconhecida no resultado do exercício como receitas (despesas) financeiras, líquidas.

(iv) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de Investimento”.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Para identificar os ativos financeiros que representam risco, a Companhia faz uma análise individual, com base em uma matriz de provisão, que considera, a classificação de risco dos clientes no mercado, o histórico de perdas efetivas ao longo dos anos e o modelo de negócio da Ascenty, que permite que um contrato seja interrompido no caso de inadimplência.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Além do ágio mencionado inicialmente a Companhia não identificou indicadores relativos a não recuperabilidade de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e portanto nenhum teste específico relacionado a recuperabilidade dos ativos foi necessário.

j. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para litígios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k. Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. À medida que a Companhia toma recursos emprestados sem destinação específica e os utiliza com o propósito de obter ativo qualificável, a Companhia determina o montante dos custos dos empréstimos elegíveis à capitalização, aplicando uma taxa de capitalização aos gastos com o ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir, exceto por aquelas as quais, na avaliação da Administração não possuem o potencial de produzir efeitos sobre as demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao IAS 37)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao IAS 12)
- Outras normas:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (IFRS 16) 60
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao IAS 1).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao IAS 8).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e saldos em conta corrente Bancos	151.324	69.271
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	4.306	4.098
Total	155.630	73.369

As aplicações financeiras em fundos de investimentos privados de liquidez imediata, tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cuja taxa de rendimento corresponde a 5,86% a.a. no ano de 2021 (2,64% a.a. no ano de 2020). Todas as aplicações financeiras são prontamente resgatáveis e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

10 Aplicações financeiras

	2021	2020
Fundo Cambial	431.299	193.234
Total	431.299	193.234

São investimentos em fundos cambiais e fixos que tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cuja taxa de rendimento corresponde a 7,74% a.a. em 2021 (29,61% a.a. em 2020). Esses investimentos não atendem as características de caixa e equivalentes de caixa conforme definido pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

A movimentação das aplicações financeiras para reconciliação com as atividades de investimentos é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	193.234	38.121
Novas aplicações	548.000	393.993
Variação cambial	6.542	39.597
Resgates de aplicações	(316.477)	(278.477)
Saldo final	431.299	193.234

11 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber nacionais	287.108	217.786
Contas a receber internacionais	411	367
(-) Provisão para perdas por valor recuperável	(893)	(460)
Total	286.626	217.693
Total circulante	285.523	216.590
Total não circulante	1.103	1.103
Total	286.626	217.693

Os saldos a receber de clientes são registrados pelo valor líquido e não auferem juros. Os valores a receber de cliente estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão por perda ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2021	2020
A Vencer:	277.633	201.489
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	5.164	8.857
De 31 a 60 dias	1.969	5.034
De 61 a 90 dias	169	125
De 91 a 120 dias	102	591
De 121 a 150 dias	45	13
De 151 a 180 dias	55	290
De 181 a 360 dias	927	131
Acima de 360 dias	1.455	1.623

	2021	2020
Subtotal	9.886	16.664
Total	287.519	218.153

As movimentações da provisão para perda ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo Inicial	(460)	(619)
Adições	(698)	(339)
Baixas	265	498
Saldo Final	(893)	(460)

12 Impostos a recuperar

	2021	2020
COFINS (i)	48.010	77.063
PIS (i)	10.974	17.059
Imposto de renda retido na fonte	7.249	7.980
Imposto de renda antecipado	7.893	7.950
Contribuição social antecipada	3.464	3.224
ICMS a recuperar	692	592
IVA a recuperar (ii)	27.959	8.241
Outros	190	152
Total	106.431	122.261
Circulante	59.107	96.067
Não Circulante	47.324	26.194
Total	106.431	122.261

- (i) Refere-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado. No exercício de 2021, a Companhia acumulou créditos de PIS e COFINS no valor de R\$ 45.072 (R\$ 49.970 em 2020) oriundos de compras de ativo imobilizado e estoque. Neste mesmo exercício, o montante de R\$ 82.857 (R\$64.830 em 2020) foi consumido com os impostos a recolher gerados pela Companhia.
- (ii) Refere-se substancialmente a créditos de IVA sobre compra de ativo imobilizado em nossa controlada Chilena. No exercício de 2021, a subsidiária acumulou créditos de IVA no valor de R\$ 31.635, (R\$ 66.490 em 2020) oriundos de compras de ativo imobilizado e estoque. Neste mesmo exercício, o montante de R\$ 15.575, (R\$58.839 em 2020) foi recuperado através de processo administrativo junto ao governo chileno.

A segregação entre ativo circulante e não circulante está embasada nas projeções financeiras da Grupo e a utilização do crédito se dará através da apuração mensal dos impostos.

13 Outros ativos

	2021	2020
Seguros a Apropriar	3.786	3.997
Licenças a apropriar	11.301	11.331
Custo de corretagem a apropriar	6.276	7.293
Outras despesas a apropriar	4.313	4.498
Manutenção de software a apropriar	752	734
Manutenção de equipamentos a apropriar	3.408	1.824
Outros ativos	5.335	5.830
Adiantamento fornecedores	26.185	541
Ativo contrato de clientes	2.066	1.355
Outras contas a receber	6.719	5.951
Total	70.141	43.354
Circulante	52.340	23.525
Não Circulante	17.801	19.829
Total	70.141	43.354

14 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os montantes pagos aos Administradores a título de pró-labore em 2021 foram R\$ 5.320 (R\$ 4.603 em 2020) e encargos decorrentes em R\$ 1.034 (R\$ R\$ 731 em 2020).

De acordo com a legislação societária brasileira e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia o montante global da remuneração anual dos Administradores.

15 Imobilizado e Ativo de direito de uso

15.1 Imobilizado

a. Composição dos saldos

	2021			2020
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Obras civis em imóveis de terceiros	509.812	(88.936)	420.876	409.317
Sistema climatização elétrico/segurança	2.850.349	(642.546)	2.207.803	1.873.265
Equipamentos de cloud/hosting	14.854	(5.080)	9.774	7.146
Instalações em clientes	73.078	(27.596)	45.482	37.816
Instalações e conectividades	29.032	(13.624)	15.408	12.427
Imobilizado em formação	8.552	-	8.552	7.794
Obras em andamento imóveis de terceiros	726.304	-	726.304	566.145
Outros imobilizados operacionais	126.186	(12.785)	113.401	42.112
Rede externa – Telecom	287.800	(55.480)	232.320	163.869
Rede interna – Telecom	8.837	(7.490)	1.347	(426)
Infraestrutura de operações – Telecom	34.753	(25.680)	9.073	7.768
Imobilizado em poder de terceiros	13.553	(10.008)	3.545	5.010
	4.683.110	(889.225)	3.793.885	3.132.243
	4.683.110	(889.225)	3.793.885	3.132.243
	2020			2019
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Obras civis em imóveis de terceiros	478.535	(69.218)	409.317	377.398
Sistema de climatização elétrico/segurança	2.315.964	(442.698)	1.873.266	1.485.684
Equipamentos de cloud/hosting	10.103	(2.957)	7.146	3.322
Instalações em clientes	58.175	(20.359)	37.816	34.025
Instalações e conectividades	22.685	(10.258)	12.427	9.716
Imobilizado em formação	7.794	-	7.794	13.125
Obras em andamento imóveis de terceiros	566.145	-	566.145	207.194
Outros imobilizados operacionais	51.169	(9.058)	42.111	15.098
Rede externa – Telecom	201.858	(37.989)	163.869	128.011
Rede interna – Telecom	6.482	(6.908)	(426)	(138)
Infraestrutura de operações – Telecom	30.740	(22.972)	7.768	9.272
Imobilizado em poder de terceiros	13.485	(8.475)	5.010	3.897
	3.763.135	(630.892)	3.132.243	2.286.604
	3.763.135	(630.892)	3.132.243	2.286.604

b. Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Créditos PIS/ COFINS	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Obras civis em imóveis de terceiros	478.535	20.759	-	(1.691)	12.209	509.812
Sistema de climatização elétrico/segurança	2.315.964	175.007	(223)	(17.718)	377.319	2.850.349
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	10.103	5.102	-	(351)	-	14.854
Instalações em clientes	58.175	16.376	-	(1.473)	-	73.078
Instalações e conectividades	22.685	3.250	-	(87)	3.184	29.032
Imobilizado em formação	7.794	29.721	96	-	(29.059)	8.552
Obras em andamento em imóveis de Terceiros	566.145	587.944	(1.417)	(23.721)	(402.647)	726.304
Outros imobilizados operacionais	51.169	61.626	(158)	-	13.549	126.186
Rede externa – Telecom	201.858	59.973	(751)	-	26.720	287.800
Rede interna – Telecom	6.482	1.778	(44)	-	621	8.837
Infraestrutura de operações – Telecom	30.740	2.383	(88)	-	1.718	34.753
Imobilizado em poder de terceiros	13.485	68	-	-	-	13.553
	3.763.135	963.987	(2.585)	(45.041)	3.614	4.683.110

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Créditos PIS/ COFINS	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Obras civis em imóveis de terceiros	419.980	28.491	-	(3.230)	33.294	478.535
Sistema de climatização elétrico/segurança	1.770.082	315.293	(7.312)	(30.897)	268.798	2.315.964
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	5.358	4.862	-	(117)	-	10.103
Instalações em clientes	46.305	12.667	(123)	(1.186)	512	58.175
Instalações e conectividades	16.825	3.006	-	(76)	2.930	22.685
Imobilizado em formação	13.125	4.973	(22)	-	(10.282)	7.794
Obras em andamento em imóveis de terceiros	207.193	678.950	-	(14.464)	(305.534)	566.145
Outros imobilizados operacionais	21.845	29.471	(147)	-	-	51.169
Rede externa – Telecom	154.106	37.978	(137)	-	9.911	201.858
Rede interna – Telecom	6.273	377	(309)	-	141	6.482
Infraestrutura de operações – Telecom	29.095	1.415	-	-	230	30.740
Imobilizado em poder de terceiros	10.962	2.523	-	-	-	13.485
	2.701.149	1.120.006	(8.050)	(49.970)	-	3.763.135

c. Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Obras civis em imóveis de terceiros	(69.218)	(19.718)	-	(88.936)
Sistema de climatização elétrico/segurança	(442.698)	(200.070)	222	(642.546)
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	(2.957)	(2.123)	-	(5.080)
Instalações em clientes	(20.359)	(7.237)	-	(27.596)
Instalações e conectividades	(10.258)	(3.366)	-	(13.624)
Outros imobilizados operacionais	(9.058)	(3.748)	21	(12.785)
Rede externa – Telecom	(37.989)	(17.637)	146	(55.480)
Rede interna – Telecom	(6.908)	(621)	39	(7.490)
Infraestrutura de operações – Telecom	(22.972)	(2.715)	7	(25.680)
Imobilizado em poder de terceiros	(8.475)	(1.533)	-	(10.008)
	<u>(630.892)</u>	<u>(258.768)</u>	<u>435</u>	<u>(889.225)</u>
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Obras civis em imóveis de terceiros	(42.582)	(26.636)	-	(69.218)
Sistema de climatização elétrico/segurança	(284.398)	(158.519)	219	(442.698)
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	(2.036)	(921)	-	(2.957)
Instalações em clientes	(12.280)	(8.079)	-	(20.359)
Instalações e conectividades	(7.109)	(3.149)	-	(10.258)
Outros imobilizados operacionais	(6.747)	(2.311)	-	(9.058)
Rede externa – Telecom	(26.095)	(11.894)	-	(37.989)
Rede interna – Telecom	(6.411)	(776)	279	(6.908)
Infraestrutura de operações – Telecom	(19.823)	(3.149)	-	(22.972)
Imobilizado em poder de terceiros	(7.065)	(1.410)	-	(8.475)
	<u>(414.546)</u>	<u>(216.844)</u>	<u>498</u>	<u>(630.892)</u>

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos apresentados em obras em andamento referem-se à construção de novas unidades como Rio de Janeiro 2, Hortolândia 5, além da ampliação das unidades de Vinhedo 2, Hortolândia 1, Sumaré 2 e Osasco 3.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Ascenty Data Center Telecomunicações S/A capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras no montante líquido de R\$ 67.992 (R\$ 73.529 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 4,32% a.a. (4,67% a.a. em 2020), que representa a taxa efetiva de juros dos empréstimos no período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Ascenty Chile SPA capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras no montante líquido de R\$ 233 (R\$ 3.614 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 3,11% a.a. (1,62% a.a. em 2020), que representa a taxa efetiva de juros dos empréstimos no período.

O Grupo não possui ativos imobilizados cedidos como garantia de suas transações de empréstimos e financiamentos e na defesa de processos judiciais.

15.2 Ativo de direito de uso

a. Composição dos saldos

	Custo 2021	Depreciação 2021	Líquido 2021	Líquido 2020
Arrendamento de prédios e galpões	455.681	(89.339)	366.342	317.359
	455.681	(89.339)	366.342	317.359
	Custo 2020	Depreciação 2020	Líquido 2020	Líquido 2019
Arrendamento de prédios e galpões	368.668	(51.309)	317.359	256.908
	368.668	(51.309)	317.359	256.908

b. Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Arrendamento de prédios e galpões	368.668	90.627	-	(3.614)	455.681
	368.668	90.627	-	(3.614)	455.681
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Arrendamento de prédios e galpões	256.908	114.353	(2.593)	-	368.668
	256.908	114.353	(2.593)	-	368.668

c. Movimentação Amortização

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Arrendamento de prédios e galpões	(51.309)	(38.030)	-	(89.339)
	(51.309)	(38.030)	-	(89.339)
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Arrendamento de prédios e galpões	(18.846)	(32.965)	502	(51.309)
	(18.846)	(32.965)	502	(51.309)

Reconciliação entre a movimentação do ativo imobilizado e ativo de direito de uso e fluxos de caixa de investimentos

	2021	2020
Adições	1.054.952	895.603
(-) Fornecedores a pagar de ativo fixo	(120.811)	(44.942)
(-) Ativo de direito de uso	(90.627)	(119.991)
(-) Juros capitalizados	(67.992)	(73.529)
Total	775.522	657.141

16 Intangível e ágio

a. Intangível

	Relacionamento com cliente								Total
	Marcas e patentes	(Wholesale) - existentes e em construção	Data centers (Wholesale) - expansão MSFT	Data centers (Retail)	Telecom (Conectividade)	Telecom (Fibra Apagada)	Software / licença	Outros Intangíveis	
Intangível - Consolidado									
Custo do Intangível									
Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.074	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	10.550	515	1.506.232
Adições	2	-	-	-	-	-	2.840	3.712	6.554
Alienações/Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	2.627	(2.627)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.076	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	16.017	1.600	1.512.786
Adições	3	-	-	-	-	-	1.946	2.903	4.852
Alienações/Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.079	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	17.963	4.502	1.517.637
Amortização acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.457)	(55.565)	(33.266)	(2.096)	(5.608)	(8.745)	(5.890)	-	(118.627)
Adições	(7.660)	(57.079)	(34.172)	(2.154)	(5.761)	(8.984)	(1.489)	-	(117.299)
Alienações/Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(15.117)	(112.644)	(67.438)	(4.250)	(11.369)	(17.729)	(7.379)	-	(235.926)
Adições	(7.417)	(56.323)	(33.719)	(2.125)	(5.684)	(8.864)	(2.376)	(1.942)	(118.450)
Alienações/Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(22.534)	(168.967)	(101.157)	(6.375)	(17.053)	(26.593)	(9.755)	(1.942)	(354.376)
Saldo 2020	24.959	619.549	472.065	12.749	39.791	97.509	8.638	1.600	1.276.860
Saldo 2021	17.545	563.226	438.346	10.624	34.107	88.645	8.208	2.560	1.163.261

b. Ágio

	Saldo 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldo 31/12/2021
Ágio	3.172.624	-	-	3.172.624
	3.172.624	-	-	3.172.624
	Saldo 31/12/2019	Adição	Baixa	Saldo 31/12/2020
Ágio	3.172.624	-	-	3.172.624
	3.172.624	-	-	3.172.624

Teste de impairment do ágio

O valor recuperável da Companhia foi baseado no valor em uso, determinado por meio dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pela entidade. O valor contábil da Companhia era inferior ao seu valor recuperável e, portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi reconhecido.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor em uso são apresentadas a seguir. Os valores atribuídos aos principais pressupostos representam a avaliação das tendências futuras da gestão em setores relevantes e foram baseados em dados históricos de fontes internas e externas.

%	2021	2020
Taxa de desconto	10,9%	10,2%
Taxa de crescimento da perpetuidade	3 %	3,25%
Taxa de crescimento projetada do EBITDA (média para os próximos 5 anos)	29,7%	25,8%

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos calculada com base na metodologia WACC, por meio da qual é considerada a média ponderada do custo do capital próprio e de terceiros.

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pela menor taxa de inflação de longo prazo do país onde a Companhia opera, e a taxa anual composta de longo prazo de crescimento do EBITDA projetada pela administração.

O EBITDA projetado é baseado nas expectativas de resultados futuros, considerando a experiência passada, ajustado pelo crescimento esperado da receita. O crescimento da receita foi projetado considerando os níveis médios de crescimento experimentados nos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento de preços para os próximos cinco anos. Presume-se que os preços de venda aumentem a uma margem constante acima da previsão de inflação para os próximos cinco anos, em linha com informações obtidas de corretores externos que publicam uma análise estatística das tendências de longo prazo do mercado.

17 Empréstimos e financiamentos

	Vencimento		Taxa		Valor	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Instituição financeira						
ING Capital LLC	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	411.615	365.365
Export Development Canada	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	345.428	114.177
Citibank NA	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	411.615	369.479
Natixis – New York Branch	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	411.615	365.365
Itaú BBA International PLC	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	411.615	326.795
Banco do Brasil S.A. – London Branch	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	338.181	326.788
Sumitomo Mitsui Bking.Corp	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	345.428	325.312
Kenton Investments S.A.R.L	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	-	275.223
Credite Agricole S.A.	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	345.428	256.774
BNP Paribas	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	345.428	254.107
The Bank of Nova Scotia	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	411.615	256.762
Deutsche Bank – New York	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	172.714	128.381
Deutsche Bank - AG	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	518.042	128.381
CDPQ Revenu Fixe Inc.	22/03/2026	20/12/2023	Libor 3M + 3,75% a.a.	Libor 3M + 4,25% a.a.	-	125.101
Scotiabank	28/11/2025	09/10/2024	Tab 180+1,30% a.a.	Tab 180+1,90% a.a.	100.343	111.950
Scotiabank	28/11/2025		Libor+1,48%		-	-
Custo de emissão líquido de amortização					(2.484)	(2.775)
Total					4.729.716	3.727.185

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período é:

	2021	2020
Saldo Inicial	3.727.185	2.603.156
Captações	4.497.360	344.158
Custo de captações	(5.117)	-
Pagamento de empréstimos	(3.780.800)	-
Variação cambial	286.034	784.549
Juros provisionados	114.127	111.783
Juros capitalizados	64.165	73.529
Pagamento de juros	(183.362)	(196.887)
Amortização dos custos	10.124	6.897
Total	4.729.716	3.727.185
Circulante	3.828	727.921
Não circulante	4.725.888	2.999.264
Total	4.729.716	3.727.185

17.1 Ascenty Data Center

Em 22 de março de 2021, a Companhia assinou um aditamento ao contrato de empréstimo com os atuais credores. O saldo do empréstimo naquela data foi pago no total de R\$ 3.819.457 (USD 702.275), incluindo os juros vencidos até aquela data. Simultaneamente, foi liberado um novo empréstimo a prazo no valor de R\$ 4.352.000 (USD 800.000). A nova linha de crédito no valor total de R\$ 5.032.000 (USD 925.000) inclui um empréstimo com desembolso posterior de R\$ 544.000 (USD 100.000) e uma Linha de Crédito Rotativo de R\$ 136.000 (USD 25.000).

O valor principal vence ao longo de 5 anos em pagamentos trimestrais, com carência de 24 meses, sendo a última parcela em março de 2026. Os pagamentos serão feitos em 8 parcelas de 3,333325% do principal a partir de março de 2023, 4 parcelas de 3,33335% do principal a partir de março de 2025 e uma parcela final de 60% do principal a ser paga em dezembro de 2026.

A substituição da dívida foi tratada como uma modificação substancial com a consequente extinção do passivo financeiro pré-existente e o reconhecimento de um novo passivo financeiro. O novo passivo financeiro foi reconhecido pelo seu valor justo na data de captação em 22 de março de 2021 e a diferença em relação ao valor contábil do passivo extinto reconhecida no resultado do exercício no montante de R\$ 452.184. Os custos ou taxas incorridas também foram incluídas no resultado em linha com o pronunciamento contábil IFRS 9.

17.2 Subsidiária Ascenty Chile SPA

Em 9 de outubro de 2019, a Empresa firmou um contrato de linha de crédito com Scotiabank Chile, no valor de R\$ 94.803, com prazo de 5 anos e covenants a serem cumpridos pela Empresa.

Em 30 de janeiro de 2020, a Empresa firmou a retificação e modificação do contrato de linha de crédito, aumentando o valor em R\$6.853 e mantendo as cláusulas do contrato de empréstimo.

Em 05 de janeiro de 2021, a empresa renegociou a dívida por meio da celebração do contrato de linha de crédito refundida, aumentando o valor em US\$ 30.000.000, R\$ 167.406, o vencimento do principal de acordo com o contrato original era em outubro de 2024. Pagamentos em 7 parcelas semestrais iguais a partir de outubro de 2021, a nova data de liquidação é novembro de 2025. Os pagamentos serão feitos semestralmente a partir de 30/11/ 2023. Serão 4 parcelas correspondentes a 8,75% da dívida e uma última parcela de 65% da dívida.

A taxa de juros das tranches em pesos chilenos passou de TAB180 + 1,30% a.a. para TAB180 + 1,90 a.a. e a tranche adicional em dólar tem taxa de juros de Libor + 1,48% a.a. Por meio de uma operação de swap cambial, a tranche em dólares norte-americanos foi convertida em pesos chilenos com taxa de juros fixa de 3,45% a.a.

Garantias

O montante de contas a receber e 100% das ações da Empresa estão estipuladas como garantia para suas operações de crédito e financiamento.

17.3 Cláusulas restritivas

As cláusulas restritivas (covenants) associadas aos contratos de dívida do Grupo, estabelecem a manutenção de indicadores financeiros mínimos decorrentes do quociente da divisão da dívida líquida de tesouraria pelo EBITDA do trimestre anualizado e índice de serviço de cobertura da dívida obtido pelo quociente da divisão do EBITDA pela soma dos pagamentos de juros e principal nos próximos 12 meses mais despesas e comissões do trimestre relativos à dívida anualizados, bem como indicadores não financeiros conforme contrato.

18 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores de ativo imobilizado	120.811	44.942
Fornecedores de serviços	8.556	12.364
Total	129.367	57.306

19 Outras contas a pagar

	2021	2020
Obrigações Sociais a Recolher	20.759	15.323
Obrigações Tributárias a Recolher	17.453	7.379
Outras contas a pagar	13.014	13.898
Adiantamento de clientes	16.787	17.569
Provisão para energia elétrica	10.456	9.166
Total	78.469	63.335
Circulante	59.691	44.615
Não Circulante	18.778	18.720
	78.469	63.335

20 Provisão para litígios

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão (é realizada a provisão de 100% dos processos com probabilidade de perdas provável) para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de provisões para litígios é de R\$ 272 (R\$ 1.276 em 31 de dezembro de 2020), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas prováveis com o desfecho dos processos em andamento.

	2020	Provisões	Reversões	2021
Tributários	828	1	(829)	-
Civil	17			17
Trabalhista	431	154	(330)	255
Total	1.276	155	(1.159)	272

	2019	Provisões	Reversões	2020
Tributários	803	25	-	828
Civil	-	29	(12)	17
Trabalhista	395	951	(915)	431
Total	1.198	1.005	(927)	1.276

Das provisões relacionadas as causas trabalhistas reconhecidas em 31 de dezembro de 2021, 94% se referem a processos de empresas terceirizadas onde a Companhia responde como responsável solidária.

As provisões são efetuadas baseadas nas opiniões de nossos assessores jurídicos.

Processos com risco possível de perda

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco possível de perda, no montante de R\$ 7.439 em 2021 (R\$ 7.285 em 2020) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionais não requerem sua contabilização.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto diferido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está composto conforme abaixo:

Composição dos tributos diferidos	2021	2020
Diferenças temporárias ativas:		
Variação cambial	35.970	306.920
Arrendamentos IFRS 16	11.897	7.691
Outras diferenças	11.742	12.929
Mais valia	74.069	82.571

Composição dos tributos diferidos	2021	2020
	<u>133.678</u>	<u>410.111</u>
Diferenças temporárias passivas:		
Ágio amortizado fiscalmente	(154.099)	-
Taxas de depreciação (vida útil)	(151.324)	(105.450)
Juros capitalizados, líquido de depreciação	(62.738)	(43.232)
Reconhecimento escalonado da receita de contratos	(12.165)	(9.252)
Outros	(976)	(866)
	<u>(381.302)</u>	<u>(158.800)</u>
Imposto de renda (passivo) ativo sobre diferenças temporárias, líquidas (*)	(247.624)	251.311
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>755.272</u>	<u>182.804</u>
Total de tributos diferidos ativos, líquidos	507.648	434.115
Total de tributos diferidos ativos, líquidos, não reconhecidos	<u>(505.747)</u>	<u>(431.994)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	1.901	2.121

(*) Em 2021, apuramos saldos líquidos de tributos diferidos passivos no montantes de R\$ 247.624, nas demonstrações financeiras consolidadas, sobre diferenças temporárias tributáveis. A administração decidiu por não reconhecer o imposto de renda diferido passivo em suas demonstrações financeiras dada a expectativa de continuidade de geração de novos prejuízos fiscais, pelo menos, para o período projetivo dos próximos 5 anos. Assim, a Companhia também não reconheceu os ativos fiscais diferidos relativos a proporção de 30% dos prejuízos fiscais para compensação desses passivos fiscais diferidos no montantes de R\$ 74.287, nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme disposto pelo IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

Os impactos dos tributos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos em 2021 é de R\$755.272.

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(168.762)	(765.267)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>57.379</u>	<u>260.190</u>
Ajustes para cálculo pela alíquota:		
Adições e exclusões permanentes, líquidas	(723)	983
Créditos tributários e tributos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidos	<u>(52.837)</u>	<u>(260.142)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(3.819)</u>	<u>(1.031)</u>
Alíquota efetiva	2,26%	0,13%

22 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.305.472 (R\$ 1.291.361 em 2020) representados por 1.305.472.287 ações (1.261.391.077 ações em 2020) no valor de R\$ 1,00 cada, distribuídas como segue:

Acionista	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Ascenty Holding Brasil S.A.				
Ações ordinárias	743.505.836	57%	718.401.586	57%
Ações preferenciais - não resgatáveis	561.966.451	43%	542.989.491	43%
Total	1.305.472.287	100%	1.261.391.077	100%

Em fevereiro de 2020 a companhia integralizou ao capital o montante de R\$ 24.651 referente a um adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 17 de dezembro de 2019, conforme ata de reunião dos acionistas.

No exercício de 2020, a Companhia obteve aumentos de capital social no montante total de R\$ 199.752 representados por 199.750.600 ações, decorrente de integralização em dinheiro no montante de R\$ 97.262 em 9 de janeiro de 2020, R\$68.366 em 19 de março de 2020, R\$ 10.386 em 19 de junho de 2020 e R\$ 23.738 em 21 de setembro de 2020.

Em 21 de dezembro de 2020 a Companhia incorporou a sua empresa adquirente, Stellar Participações S.A., as alterações do patrimônio líquido decorrentes da incorporação foram registradas na conta de Reservas de capital não ocasionando alteração no capital social da Companhia.

Em ato contínuo em 21 de dezembro de 2020 os Acionistas da Ascenty Data Centers contribuíram em 100% de suas ações para a Ascenty Holding Brasil S.A. que tornou-se o único acionista da Ascenty Data Centers com 100% de suas ações.

No exercício de 2021, a Companhia obteve aumentos de capital social no montante total de R\$ 44.081 representados por 44.081.210 ações, decorrente de integralização em dinheiro em 28 de outubro de 2021.

23 Receita de serviços

O saldo das receitas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está composto conforme abaixo:

	2021	2020
Disponibilização de espaço e infraestrutura ("Co-location")	1.046.048	805.539
Serviços de Telecomunicações	41.265	36.486
Locação de Infraestrutura ("Dark Fiber")	65.979	44.323
Serviços Porta IP	14.314	10.639
Taxa de Instalação	34.496	23.845
Revenda de materiais	21.280	29.039
Serviços Gerenciados	8.432	4.546
Disponibilização de equipamentos de informática	774	993
Capacidade computacional	23	76
Outras receitas	5.468	4.098
Total	1.238.079	959.554
COFINS	(87.204)	(68.408)
PIS	(18.932)	(14.852)

**Ascenty Data Centers e
Telecomunicações S.A.**
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020
ISS	(2.976)	(1.989)
ICMS	(9.277)	(8.635)
FUST	(320)	(290)
FUNTTTEL	(160)	(145)
	(118.869)	(94.319)
Receita líquida	1.119.210	865.235

O Grupo reconhece a receita de instalação conforme o prazo de contrato de cada cliente. Em 31 de dezembro de 2021, a Grupo possuía registrada como receita diferida no passivo circulante e não circulante respectivamente nos montantes de R\$ 41.754 e R\$ 146.807 (R\$ 24.686 e R\$ 99.366 em 2020).

A Companhia, suportada por opinião de seus consultores jurídicos externos, não tributa os serviços de *hosting* e *co-location* pelo ICMS, por entender que não fazem parte do campo de incidência deste imposto. Também, não tributa referidos serviços pelo ISSQN, pois tais serviços não estão listados na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03.

24 Despesas por natureza

	2021	2020
Depreciação	295.508	237.473
Gastos com energia elétrica	217.383	151.346
Amortização	124.157	123.396
Gastos com pessoal	104.077	68.187
Custo de materiais para revenda	14.050	20.222
Aluguel de postes	17.026	17.672
Gastos manutenção de equipamentos	37.708	24.204
Serviços de terceiros	21.265	20.723
Manutenção e licenças de <i>software</i>	11.744	8.501
Outros gastos	13.555	12.912
Gastos com honorários administrativos	6.355	5.334
Manutenção de rede	2.717	3.068
Gastos com telecomunicação	6.135	3.970
Gastos com aluguel	5.092	3.487
Gastos com infraestrutura predial	2.505	2.570
Gastos com combustível	2.209	1.586
Viagens e hospedagens	695	709
Despesas de <i>marketing</i>	958	749
Perda por redução de valor recuperável de contas a receber	698	339
Total	883.837	706.448
Representado por:		
Custo dos serviços prestados	716.297	549.996
Despesas gerais e administrativas	158.187	150.802
Despesas de vendas	8.655	5.311
Perda por redução de valor recuperável de contas a receber	698	339
Total	883.837	706.448

25 Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado	
	2021	2020
Doações	155	240
Venda de ativo imobilizado e intangível	(211)	(104)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(537)	(3.161)
	(593)	(3.025)

26 Receitas e despesas financeiras

Receitas Financeiras	2021	2020
Rendimento aplicação financeira	28	88
Receitas com derivativo	72.028	1.787
Descontos obtidos	1	72
Outras receitas financeiras	1.301	281
Total	73.358	2.228
Despesas Financeiras		
Amortização de custos de transação	(9.740)	(7.501)
Juros sobre arrendamento mercantil	(114.508)	(114.787)
IR sobre juros de empréstimos	(29.625)	(25.928)
Juros sobre ativo de direito de uso	(34.894)	(32.204)
Multa e juros passivos	(176)	(170)
Descontos financeiros concedidos	(1.010)	(136)
Outras despesas financeiras	(609)	(9.272)
Despesas com derivativo	(1.872)	(4.041)
Total	(192.434)	(194.039)
Variação cambial		
Variação Cambial Ativa	773.868	692.223
Variação Cambial Passiva	(1.059.520)	(1.427.491)
Total	(285.652)	(735.268)

27 Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui contratos de aluguéis de imóveis com vencimentos que variam de janeiro de 2022 até dezembro de 2044, atualizados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos mínimos futuros para os arrendamentos contratados, não canceláveis, e as movimentações dos saldos de passivos de arrendamentos são apresentados como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	331.541	234.436
Pagamento de arrendamentos	(63.256)	(48.154)
Adições	91.122	111.584
Baixa	-	(2.191)
Juros apropriados	37.455	35.866
Saldo final	396.862	331.541

	2021	2020
Circulante	28.928	21.726
Não circulante	367.934	309.815
	396.862	331.541
	396.862	331.541

O vencimento dos arrendamentos mercantis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2021	2020
Menos de 1 ano	29.705	26.804
Entre 1 e 5 anos	126.826	88.046
Acima de 5 anos	240.331	216.691
	396.862	331.541
	396.862	331.541

A Companhia estimou taxas de desconto, com base as taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa média de desconto

	Taxa % a.a	
	2021	2020
Até 5 anos	9,47%	9,90%
de 5 a 10 anos	10,39%	10,39%
Acima de 10 anos	10,93%	11,19%

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme os períodos previstos para pagamentos:

	2021	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Passivo de arrendamento	604.129	395.478
PIS/COFINS potencial	(55.882)	(36.582)
	548.247	358.896
Total	548.247	358.896

	2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Passivo de arrendamento	660.766	326.463
PIS/COFINS potencial	(61.121)	(30.681)
Total	599.645	295.782

A companhia possui contratos de arrendamento com prazo menores de 12 meses e contratos de baixo valor que são contabilizados diretamente no resultado. Em 2021 o impacto no resultado referente esses contratos foi de R\$ 5.092 (R\$ 3.487 em 2020), conforme nota 24.

28 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo.

		2021	2020
Ativos financeiros não mensurados a valor justo	Nota		
Custo amortizado			
Contas a receber	10	286.626	217.693
Caixa e equivalente de caixa	8	155.630	73.369
Aplicações financeiras	9	431.299	193.234
Outros ativos	12	70.141	43.354
Valor justo por meio do resultado (*)			
Instrumentos financeiros derivativos		55.065	-
		998.761	527.650
Passivos financeiros não mensurados a valor justo	Nota	2021	2020
Passivos pelo custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	17	4.729.716	3.727.185
Passivo de arrendamento	27	396.862	331.541
Fornecedores	18	129.367	57.306
Outras contas a pagar	19	78.469	63.335
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		12.194	3.533
		5.346.608	4.182.900

(*) A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas:** decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas por valor recuperável. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- **Fornecedores:** decorrem diretamente das operações de compra de ativo imobilizado e serviços obtidos da Companhia com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- **Empréstimos e financiamentos:** são classificados como outros passivos financeiros e estão registrados pelos seus valores justos por meio do resultado.

b. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor contábil
Contas a receber	-	286.626	-	286.626	-	217.693	-	217.693
Aplicações financeiras	-	431.299	-	431.299	-	193.234	-	193.234
Ativo derivativo	-	55.065	-	55.065	-	-	-	-
Outros ativos	-	70.141	-	70.141	-	43.354	-	43.354
	-	843.131	-	843.131	-	454.281	-	454.281
Empréstimos e financiamentos	-	4.485.308	-	4.729.717	-	3.837.244	-	3.727.185
Passivo de arrendamento	-	396.862	-	396.862	-	331.541	-	331.541
Fornecedores	-	129.367	-	129.367	-	57.306	-	57.306
Passivo derivativo	-	12.194	-	12.194	-	3.533	-	3.533
Outras contas a pagar	-	78.469	-	78.469	-	63.335	-	63.335
	-	5.102.200	-	5.346.609	-	4.292.959	-	4.182.900

c. Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e taxas de juros, conforme demonstrado a seguir.

Considerando que a manutenção da exposição cambial e da taxa de juros existente em 31 de dezembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de operação, para quatro cenários distintos, seria:

Análise de sensibilidade – Variação das taxas de câmbio

			US\$/R\$	
			Ptax Compra	Ptax Venda
Taxas em 31/12/2021			5,5799	5,5805
Cenário 1: Deterioração de 25% do Real			4,1849	4,1854
Cenário 2: Deterioração de 50% do Real			2,7900	2,7903
Cenário 3: Apreciação de 25% do Real			6,9749	6,9756
Cenário 4: Apreciação de 50% do Real			8,3699	8,3708
			5,5799	5,5805

		2021	Ganho/ (perda) em milhares de reais			
Transações	Risco	Exposição (Saldo Contábil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Contas a receber de clientes estrangeiros	Queda do Dólar	411	(103)	(206)	103	206
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	(4.729.716)	1.182.429	2.364.858	(1.182.429)	(2.364.858)
Contas a receber diferido	Queda do Dólar	44.559	(11.140)	(22.279)	11.140	22.279
Posição Líquida		(4.684.746)	1.171.186	2.342.373	(1.171.186)	(2.342.373)

			US\$/R\$	
			Ptax Compra	Ptax Venda
Taxas em 31/12/2020			5,1961	5,1967
Cenário 1: Deterioração de 25% do Real			3,8971	3,8975
Cenário 2: Deterioração de 50% do Real			2,5981	2,5984
Cenário 3: Apreciação de 25% do Real			6,4951	6,4959
Cenário 4: Apreciação de 50% do Real			7,7942	7,7951

		2020	Ganho/(Perda) em milhares de reais			
Transações	Risco	Exposição (Saldo Contábil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Contas a receber de cliente	Queda do Dólar	367	(92)	(184)	92	184
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	(3.727.185)	931.796	1.863.592	(931.796)	(1.863.592)
Contas a receber diferido	Queda do Dólar	39.035	(9.759)	(19.518)	9.759	19.518
Posição líquida		(3.687.783)	921.945	1.843.890	(921.945)	(1.843.890)

Análise de sensibilidade – Variação das taxas de juros

- Cenário 1: Deterioração de 25% da taxa CDI
- Cenário 2: Deterioração de 50% da taxa CDI
- Cenário 3: Apreciação de 25% da taxa CDI
- Cenário 4: Apreciação de 50% da taxa CDI

2021				Ganhos/ (perdas) em milhares de reais				
Transações	Risco	Indexador	Taxa do período	Saldo Contábil	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Aplicações financeiras	Diminuição do CDI	CDI	4,42%	435.605	(4.813)	(9.627)	4.813	9.627
Posição líquida				435.605	(4.813)	(9.627)	4.813	9.627

2020				Ganhos/ (perdas) em milhares de reais				
Transações	Risco	Indexador	Taxa do período	Saldo Contábil	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Aplicações financeiras	Diminuição do CDI	CDI	2,75%	197.332	(1.357)	(2.713)	1.357	2.713
Posição líquida				197.332	(1.357)	(2.713)	1.357	2.713

d. Derivativos

As posições dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Ativo financeiro	2021	2020
Ativo Derivativo MTM	15.315	-
Cross currency Swap	39.750	-
Total	55.065	-
Passivo financeiro		
Passivo Derivativo MTM	-	(3.533)
Hedge taxa de juros	(12.194)	-
Total	(12.194)	(3.533)

Contratos de pagamento líquido ou similares

A Companhia contratou em 2020 contratos de instrumentos financeiros derivativos NDF (*Non Deliverable Forward*) para proteger os contratos baseados em dólares com o seu principal cliente que têm a taxa do dólar atualizada em junho de cada ano. O valor líquido entre o valor em reais apurado, pela taxa a termo contratada e a taxa à vista na data de fechamento, é pago de uma parte a outra dependendo do resultado favorável ou desfavorável para a Companhia, sendo reconhecido receita ou despesa com derivativo. Para os contratos em aberto, a posição MTM está registrada no balanço patrimonial como instrumento financeiro derivativo ativo ou passivo não realizado e reconhecida como receita ou despesas com derivativos não realizadas, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía um ativo com derivativo não realizado de R\$ 15.315 (R\$ 3.533 passivo em 2020).

2021	Notional	Valor contábil	Valor MTM
NDFs (Ativo)	145.618	13.444	15.315
2020	Notional	Valor contábil	Valor MTM
NDFs (passivo)	121.654	2.758	3.533

Em 2021 a Companhia reconheceu um valor líquido R\$ 2.253 (R\$ 1.279 em 2020) de ganhos realizados com derivativos, reconhecidos nas despesas e receitas financeiras, para contratos liquidados de NDF.

Cross-currency swap

Com o objetivo de administrar adequadamente o risco cambial e de taxa de juros das obrigações financeiras com bancos, em 05 de janeiro de 2021 a subsidiária Ascenty Chile SPA, através de uma operação de “cross-currency swap” assinado com o Scotiabank, converteu as taxas de juros relacionadas ao empréstimo capitado em dólar- americano, de uma taxa de TAB180+1,48% para uma taxa fixa de 3,45% a.a. Essa mesma transação alterou a moeda, transformando a dívida de um montante de US\$ 30.000.000, em pesos convertido a um montante CLP 22.083.300.000.

Este contrato de derivativo cobre o risco cambial e da taxa de juros do empréstimo detalhado na nota 17.

O resultado desta operação em 2021 é como segue:

Em 05 de janeiro de 2021 a subsidiária Ascenty Chile SPA, através de uma operação de “cross-currency swap” assinado com o Scotiabank, converteu as taxas de juros relacionadas ao empréstimo capitado em dólar- americano, conforme nota 17, de uma taxa de TAB180+1,48% para uma taxa fixa de 3,45% a.a.

O resultado desta operação em 2021 é como segue:

Banco	Montante compra (CLP)	Montante venda (USD)	taxa	MTM (CLP)	MTM (BRL)
Scotiabank	22.083.300.000	30.000.000	3,45	6.056.676.163	39.750.000

Essa transação tem vencimento em novembro de 2025.

Contabilidade de hedge - Hedge Taxa de juros

O objetivo e a estratégia de gestão de risco da Companhia com relação aos swaps de taxas de juros é proteger a Companhia contra flutuações adversas nas taxas de juros, reduzindo sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa em uma parte da dívida de taxa flutuante da Companhia. Para isso a Companhia contratou um swap trocando taxas de juros flutuantes para taxas de juros fixas..

A Companhia está cumprindo seu objetivo protegendo o risco de mudanças em seus fluxos de caixa (pagamentos de juros) atribuíveis a mudanças em uma taxa de juros especificada contratualmente (o “Risco de Cobertura”), inicialmente previsto para 3 meses. Taxa de swap USD-LIBOR, sobre um montante de Empréstimos igual ao nocional do swap então em aberto.

Para a estratégia descrita acima a Companhia adotou a contabilidade de hedge de fluxo de caixa. A Companhia documentou formalmente a relação de proteção existente entre os instrumentos de hedge e os itens que são objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de proteção designada para contabilidade de hedge. A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos designados e qualificados como hedge accounting de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial na linha de hedge de fluxo de caixa. O valor temporal dos instrumentos tratado como custos de hedge é também reconhecido no patrimônio líquido. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício em receitas (despesas) financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos e rubricas em que o item protegido por hedge afetar o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possuía os seguintes contratos de compra e venda de derivativos financeiros:

Banco	Notional USD	Notional BRL	Index	Taxa	Vencimento	MTM
Deutsche Bank S.A.	650.000	3.627.325	3 mo. USD-LIBOR-BBA	1,43%	22/03/2026	(9.878)
BNP Paribas Brasil S.A.	150.000	837.000	3 mo. USD-LIBOR-BBA	1,43%	22/03/2026	(2.316)
						<u>(12.194)</u>

A movimentação da reserva de hedge de fluxo de caixa registrada em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:

Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>
Mudança no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes	(12.194)
Efeitos tributários sobre o valor justo do instrumento de hedge	4.146
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021	<u>(8.048)</u>

Essa operação de hedge não teve impacto no resultado em 2021.

29 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco cambial
- Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia é exposta também ao risco de concentração de clientes uma vez que parte significativa das receitas de venda é concentrada em três clientes que representam 76% de sua receita líquida de vendas, sendo que um deles representa individualmente 44% da receita.

Abaixo estão os saldos que estão expostos ao risco de crédito nas respectivas datas:

Ativos	Nota	2021	2020
Contas a receber	10	286.626	217.693
Caixa e equivalente de caixa	8	155.630	73.369
Aplicações financeiras	9	431.299	193.234
Outros ativos	12	70.141	43.355
Instrumentos financeiros derivativos		55.065	-
		<u>998.761</u>	<u>527.651</u>

A Companhia é exposta ao risco de crédito uma vez que parte significativa das receitas de vendas é derivada de cinco clientes que representam aproximadamente 90% de sua receita líquida de vendas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida de vendas da Companhia para estes clientes foi de R\$ 1.007.289. A Administração não identificou mudança na qualidade do crédito a estes clientes e suas operações dependem da manutenção das vendas para estes clientes.

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº 6.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia detinha “caixa e equivalentes de caixa” e “aplicações financeiras” de R\$ 155.630 e R\$ 431.299, respectivamente em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 73.369 e R\$ 193.234 em 2020). Esses saldos são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima,

conforme escala da Agência Moody's.

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e A-, baseado na agência de rating de crédito Standard & Poor's.

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

2021	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	129.367	-	-	129.367
Empréstimos e financiamentos	-	1.696.159	3.506.702	5.202.861
Arrendamentos financeiros	54.000	189.433	189.433	432.866
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	12.194			12.194
2020	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	57.306	-	-	57.306
Empréstimos e financiamentos	895.084	3.237.372	115.237	4.247.693
Arrendamentos financeiros	59.725	105.304	97.626	262.655
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	3.533	-	-	3.533

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros.

As políticas de Administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelo Grupo a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar riscos e aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Administração da Companhia monitora os fatores de risco mediante acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

31 de dezembro de 2021	Saldo Contábil (R\$)	USD	EUR
Contas a receber de clientes	411	74	65
Empréstimos e financiamentos	<u>(4.729.716)</u>	<u>(847.543)</u>	<u>(748.254)</u>
Exposição líquida no balanço	<u>(4.729.305)</u>	<u>(847.469)</u>	<u>(748.189)</u>
31 de dezembro de 2020	Saldo Contábil (R\$)	USD	EUR
Contas a receber de clientes	367	71	58
Empréstimos e financiamentos	<u>(3.727.185)</u>	<u>(717.221)</u>	<u>(584.391)</u>
Exposição líquida no balanço	<u>(3.726.818)</u>	<u>(717.150)</u>	<u>(584.333)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração da Companhia.

30 Eventos subsequentes

a. Aumentos de capital

No dia 1º de fevereiro de 2022, a Companhia recebeu um aporte do acionista Ascenty Holding Brasil S.A. no valor de R\$ 215.280, representada por 215.280.000 ações, sendo 122.601.964 ações ordinárias e 92.678.036 ações preferenciais.

Em 02 de fevereiro de 2022 a Ascenty Data Centers e Telecomunicações S/A. aportou o montante de R\$ 161.547 (USD 30.000) para a subsidiária Ascenty Chile SPA para futuro aumento de capital.

* * *

Christopher Paul Torto
Presidente

Andre Neris de Souza
Diretor Financeiro

Gislene do Amaral Ribeiro
Contadora CRC 1SP-282110/O-0